

Revista da Faculdade de Letras
CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
Porto 2008-2009
I Série, Volume VII-VIII, pp. 93-106

Uma intervenção na “Sala de Arqueologia Pré-histórica” do Museu Geológico (Lisboa)¹

José Manuel BRANDÃO*

Resumo:

Depois da descoberta dos concheiros de Muge por Carlos Ribeiro, em 1863, os membros da Comissão Geológica abraçaram outros trabalhos arqueológicos que visavam, sobretudo, demonstrar a existência do homem ante-histórico, em solo português, problema que tanto interessava à geologia como à arqueologia. O acervo então reunido, parte integrante do museu criado pela Comissão Geológica, foi enriquecendo ao longo do tempo com novas peças provenientes de escavações e recolhas de superfície realizadas durante os levantamentos para a Carta geológica de Portugal. Encontra-se organizado e exposto na “Sala de Arqueologia Pré-histórica”, desde a sua criação em meados de 1880. A exposição, sofreu, ao longo do tempo diversas modificações, a última das quais em 2002, cujas linhas mestras se comentam no presente artigo.

Palavras-chave:

Arqueologia pré-histórica; Comissão Geológica; Museu Geológico.

Abstract:

After the discovery of the archeological site of Muge by Carlos Ribeiro, in 1863, the members of the Geological Survey embraced other archaeological works were intended primarily to prove a man's previous history on Portuguese soil, a problem that interested both the geology and archeology. The collections assembled, integrated in the museum created by the Geological Survey, has been enriched over time with new items from excavations or gathered of surface, carried through the surveys for the geological map of Portugal. They are organized and displayed in the “Hall of Prehistoric Archeology”, since its creation in the middle of 1880. The exhibition suffered, over time, several changes, most recently in 2002, whose main lines are commented in this article.

¹ Revisão do original apresentado ao “II Encontro de Museus com colecções de Arqueologia”, FLUP, 2004

* LNEG-IP / Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, Univ. Évora (josebrandao@gmail.com)

Keywords:

Prehistoric archeology; Geological Survey; Geological Museum

Introdução

Organizada segundo os padrões museológicos do século XIX, a Sala de Arqueologia Pré-Histórica do *museu dos Serviços Geológicos*³, como ainda é muitas vezes chamada, foi, desde sempre, uma referência entre a comunidade científica nacional. Justificam-no, quer a importância de muitas peças do acervo, quer o facto de conter os resultados de escavações e recolhas históricas realizadas em vários pontos do país desde a segunda metade do século XIX. As suas colecções, embora de uma forma descontínua, foram sobretudo reunidas pelo pessoal técnico e científico das pioneiras Comissões Geológicas (1857-1918)⁴ e dos Serviços Geológicos de Portugal (1918-1993) e, pontualmente, pelos seus diversos colaboradores externos. No seu conjunto constituem um dos mais antigos acervos arqueológicos públicos do nosso país, representando, embora com pesos diferentes, todas as etapas cronológico-culturais entre o Paleolítico Inferior e o período Lusitano Romano.

A perenidade da museografia de raiz oitocentista transformou este espaço num interessante caso de estudo para a história e evolução dos museus científicos em Portugal. Contudo, a exposição, durante décadas destinada a um público constituído maioritariamente por académicos e estudiosos, tornou-se desajustada face aos novos paradigmas de comunicação e educação em museus, e às exigências do crescente número de utilizadores, tornando imperiosa a sua requalificação.

No presente texto esboça-se, sumariamente, o percurso destas colecções e referem-se os contornos das opções tomadas aquando da intervenção realizada em 2002, expressa numa nova selecção e apresentação de peças, apoiada nos trabalhos de inventário e conservação realizados até àquela data.

Antecedentes e motivações

A arqueologia emerge natural e circunstancialmente no seio da primeira Comissão, no decurso dos levantamentos para a Carta Geológica do Reino, em consequência, por um lado, da descoberta, por Carlos Ribeiro (1813-1882), em 1863, de uma série de esqueletos humanos e indústrias humanas no Cabeço da Arruda (Muge), quando ali procedia ao estudo das formações terciárias e quaternárias da bacia do Tejo; por outro de ecoar, ao tempo, por toda a Europa a discussão sobre a existência e antiguidade do Homem *ante-histórico* demonstrada por achados de artefactos de pedra⁵.

³ Actualmente tutelado pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia-IP (LNEG).

⁴ A Comissão Geológica criada por Decreto Real de 1857, passou por várias fases a que corresponderam diferentes designações, na sequência de mudanças estruturais no seio dos serviços de tutela. Como tal não é relevante para as presentes considerações, referiremos doravante, apenas por “Comissão” todas as entidades que se lhe seguiram até à passagem a Serviços Geológicos, em 1918.

⁵ Sublinhe-se, que o exercício simultâneo da Geologia, da Arqueologia e da Antropologia era prática corrente na época, acreditando-se que *a geologia e a arqueologia tinham muito a dar uma à outra* (H. Miller 1845, cit. em Torrens, 1998 p. 35), como se veio a demonstrar repetidamente. Porém, o trabalho em paralelo nestas áreas científicas era, também, fruto das tentativas de relacionamento da história da Terra e da Vida e, sobretudo,

Os primeiros resultados do estudo dos materiais recolhidos em Muge por Ribeiro e Paula e Oliveira, antropólogo da Comissão, foram, pouco tempo depois, publicados por Pereira da Costa (1809-1889), que partilhou com Ribeiro a direcção da Comissão até 1868, na *Notícia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*⁶, e comparados, dado o seu contexto, com os que entretanto tinham sido descobertos, nos *kjokkenmodings* (concheiros), da Dinamarca.

Nas duas primeiras décadas de existência da Comissão Geológica sucederam-se os trabalhos arqueológicos, plenamente assumidos como parte integrante da actividade. Destacam-se a exploração das grutas da Cesareda em 1865 (Casa da Moura, Lapa Furada e Cova da Moura) por Nery Delgado (1835-1908)⁷, que encontra e reporta diversos achados de indústrias humanas “primitivas” e um importante conjunto de restos fósseis de animais extintos, do Quaternário, e a exploração, pelo mesmo homem de ciência, das grutas da Furninha do Mar em Peniche, Carvalhal de Aljubarrota e Maceira. Enquanto isso Pereira da Costa publicava um trabalho sobre os monumentos megalíticos⁸ e Carlos Ribeiro estudava os sílexes do vale do Tejo que alimentaram a polémica questão do “homem terciário português”, publicando sobre eles um fascículo⁹. Entre outros trabalhos, Ribeiro explorou também as grutas do Poço Velho em Cascais e superintendeu o estudo das grutas artificiais da Quinta do Anjo em Palmela e, mais tarde, do povoado de Leceia.

Uma das possíveis interpretações desta grande “azáfama arqueológica”¹⁰ poderia ter passado, salvo melhor opinião, pelo grande entusiasmo que Ribeiro pusera na questão do (seu) Homem Terciário apresentado aos congressos internacionais de Arqueologia e Antropologia de Bruxelas (1872) e Paris (1878). A problemática do homem pré-histórico era, então, um problema actual, de dimensão internacional, e que tanto interessava à geologia como à arqueologia. Contudo, pode admitir-se também que a possibilidade de realização em Lisboa da IX^a Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e Antropologia Pré-históricas, assembleia magna que congregaria certamente de novo, o escol europeu da especialidade (Gabriel de Mortillet contactara Luciano Cordeiro da Sociedade de Geografia de Lisboa, para indagar dessa possibilidade), poderia ter constituído motivação forte para a realização de todos aqueles trabalhos, o que se pode depreender das palavras de Delgado: “*Cette collection* [archéologie pré-historique] à laquelle il a été donné un développement considérable en vue du Congrès international de 1880...” (1901 p. XXX).

da questão, fundamental, da determinação da antiguidade e existência do Homem *ante-diluviano* (*id. ibid.* p. 37).

⁶ Com. Serv. Geol. Port.. Lisboa, 1865. Esta obra é, como tem sido sublinhado, a primeira grande monografia dedicada a estações arqueológicas portuguesas.

⁷ V. *Da existência do homem no nosso solo em tempos muito remotos provada pelo estudo das cavernas*. Com. Serv. Geol., Lisboa, 1867.

⁸ *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Com. Serv. Geol., Lisboa, 1868.

⁹ *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado*. Com. Serv. Geol., Lisboa, 1871.

¹⁰ Mais tarde, N. Delgado haveria de dizer que talvez tivesse sido dada mais atenção à Arqueologia do que à Geologia, afinal o fulcro da actividade da Comissão Geológica.

A Comissão instalou-se no edifício onde ainda hoje se encontra o Museu Geológico em Abril de 1859, há cerca de 150 anos; no entanto, as obras de adaptação dos espaços destinados à instalação das colecções, as duas maiores salas outrora ocupadas pelas celas e pela pinacoteca do convento de Jesus, ter-se-ão prolongado até aos finais da década de setenta. Assim, apesar da intensa actividade, é de admitir que a Sala de Arqueologia Pré-histórica, com 500 m² de área bruta, com iluminação natural (zenital e janelas) e artificial, só tenha ficado pronta em meados de 1880, nas vésperas da realização em Lisboa da IX^a sessão do referido Congresso, a fim de poder receber os seus participantes reunidos nas salas da vizinha Academia Real da Ciências.

Dispõe, desde então, de um *continuum* de armários envidraçados ao longo das paredes, a todo o perímetro da sala, e de *carteiras* de dupla função, destinadas a exposição e reserva (fig.1 A e B).



1. A



1. B

Fig. 1. A - Detalhe das vitrinas de parede. Em primeiro plano as actuais carteiras de dupla função. Foto Nuno Pires, 2009. 1. B – Vista geral da sala de arqueologia em meados dos anos trinta. Foto: autor desc, AHGM.

Durante alguns anos (1894-1901), a Comissão partilhou os seus espaços com o *Museu Ethnografico* dirigido por Leite de Vasconcellos (1858-1941), ali instalado por determinação superior, na perspectiva de que o primeiro deveria servir “*como que de desenvolvimento do museu de anthropologia installado na Comissão dos Trabalhos Geologicos*”¹¹. Porém, apesar da grande proximidade das duas entidades, considerando as afirmações de N. Delgado¹², bem como o facto de o horizonte de interesses temporais e materiais de L. de Vasconcellos ser mais amplo do que o perseguido pelos elementos da Comissão¹³, é de admitir que as suas colecções devam ter mantido grande independência.

¹¹ Cf. D. Governo nº 290 de 22 de Dezembro de 1893.

¹² “*Não deve confundir-se as colecções de arqueologia prehistorica com o Museu Ethnologico que esta provisoriamente nas salas d’aquelle instituto [Comissão Geológica] mas que não lhe pertencem e não lhe causam nenbuma despeza*” (Delgado, 1909 p. 174).

¹³ “*O Museu [Ethnologico] é destinado a reapresentar a parte material da vida do povo português, - isto é tudo o que a esse respeito etnicamente nos caracteriza. Divide-se por ora em duas secções: uma de Archeologia (...); outra moderna*” (Vasconcellos, 1915 p. 13). Se no que respeita à Arqueologia haveria com certeza grande

Apesar de Delgado afirmar a necessidade de “...*prosseguir os estudos de anthropologia e archeologia prehistoricas concernentes as epochas terciaria e quaternaria, estudos que são também do dominio da geologia*”¹⁴, o facto é que após o passamento do seu grande animador, que foi C. Ribeiro aquelas actividades esmoreceram quase por completo e, até meados dos anos quarenta, mais ninguém do serviço lhes voltou a dedicar a mesma atenção e entusiasmo, pese embora o facto de os estudos de arqueologia do quaternário, e de arqueologia mineira, terem enquadramento legal no quadro das funções dos Serviços Geológicos. Não deixa assim de ter alguma ironia vir precisamente de Delgado, investigador notável da existência do homem pré-histórico em Portugal, a proposta apresentada à tutela (1899), de entrega a outras entidades, das colecções arqueológicas que não se relacionassem directamente com a geologia, *i.e.* as da fauna quaternária exumada nas grutas estremenhas e noutras escavações, ou que não estivessem referidas em publicações¹⁵.

Esta proposta terá levado à determinação do Governo, sem consequências como é sabido, de repartir essas colecções pelo Museu Ethnológico e pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

A questão da gestão do acervo arqueológico não foi, todavia, completamente ignorada nos anos seguintes; encontramos essa preocupação na protecção que lhes teria sido proporcionada por Joaquim Fontes (1892-1960) e Ernest Fleury (1878-1958), colaboradores da Comissão, que terão travado, em meados de 1917, uma nova tentativa de alienação destas colecções e, bem expressa, no pensamento do engenheiro Paiva Morão, que assegurou temporariamente a direcção dos serviços, ao propor à tutela (1919), aliás em vão, a necessidade do serviço de contratar um arqueólogo para gerir e estudar as colecções¹⁶.

Praticamente até aos trabalhos de G. Zbyszewski (1909-1999) com Henri Breuil (1867-1961) nos anos quarenta, nos terraços fluviais do Baixo Tejo e nas praias quaternárias litorais, que conduziram à descoberta de importantes estações do Paleolítico Inferior e lhes proporcionou a recolha de muitas centenas de peças¹⁷, as incorporações havidas tiveram sobretudo lugar pela mão de colaboradores externos. Sublinhe-se o contributo de J. Fontes, que ali depositou materiais das estações paleolíticas da Galiza e, sobretudo, muitas peças paleolíticas recolhidas nos arredores de Lisboa, com especial ênfase para as provenientes da importante estação do Casal do Monte (Loures).

O período entre os anos cinquenta a setenta correspondeu também a uma significativa entrada de materiais pela mão de G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira (1917-1997). Refiram-se entre outros exemplos, os materiais recolhidos nos monumentos funerários de Casaínhos, Conchadas, Monte Abraão e Praia das Maças e, ainda, o

convergência de interesses, já a secção “moderna” estaria, necessariamente, muito além do estrito horizonte das investigações dos membros da Comissão.

¹⁴ Cf. Delgado, 1887 p. 4.

¹⁵ Cf. Plano orgânico dos serviços geológicos, 1899 (Delgado, 1909, pub. post., p. 175).

¹⁶ Ofício à Direcção-Geral de Minas, 1919. AHGM.

¹⁷ Estes trabalhos deram lugar à publicação de um grande inventário de lugares e peças intitulado “*Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*”, dois volumes (1942 e 1945) assinados por H. Breuil e G. Zbyszewski, incluídos nas “Comunicações dos Serviços Geológicos”.

conjunto funerário calcolítico proveniente do singular monumento da Roça do Casal do Meio. Outros materiais desta grande e derradeira série de trabalhos, são os recolhidos por Veiga Ferreira na gruta e povoado de Salemas e por G. Zbyszewski com Veiga Ferreira, M. Leitão, C.T. North e Norton nas grutas Nova da Columbeira, Correio-Mor e Lugar do Canto, correspondendo, às últimas entradas de materiais arqueológicos no museu, no final dos anos setenta. A Arqueologia, como área de intervenção dos Serviços Geológicos, estava oficialmente extinta e os seus dois últimos grandes cultores, doutores G. Zbyszewski e Veiga Ferreira, aposentados.

Seria injusto não referir também outros colaboradores externos, de que se destacam aqui, entre outros investigadores portugueses, Afonso do Paço (1895-1968), com estudos sobre as grutas de Poço Velho, Almonda e Bugalheira, e Abel Viana (1896-1964), com materiais das estações paleolíticas do Alentejo. Entre os estrangeiros, além de H. Breuil, já na década de sessenta, refiram-se a incontornável colaboração do casal Georg e Vera Leisner (1885-1965), grandes especialistas da cultura megalítica e, entre outros, do abade Jean Roche (1913-2008), investigador do CNRS de França e antigo colaborador, em Paris, do *Laboratoire de Géologie appliquée à l'étude de l'Homme*, dirigido por P. Teilhard Chardin¹⁸.

Organização da sala e crescimento das colecções

Organizada cronológica e geograficamente, a Sala de Arqueologia Pré-histórica foi sofrendo, até meados dos anos setenta (séc. XX), sucessivas modificações para adaptar o limitado espaço ao crescimento das colecções e adequar a sua disposição às novas descobertas e à evolução das metodologias científicas da Arqueologia para o estudo das diferentes épocas cronológico-culturais¹⁹. As vitrinas de parede mantiveram-se como inicialmente, mas o número e a tipologia do mobiliário central aumentou ao ritmo das maiores etapas de crescimento do acervo: 10 expositores envidraçados, com gavetas no início, com Carlos Ribeiro (rv. Fig. 1B); 14 nos anos trinta segundo Fleury e Fontes (1932); substituição destes por 20 novas peças ambivalentes, adquiridas durante a gestão do engenheiro António Vianna, nos anos quarenta, muito possivelmente a pedido de G. Zbyszewski, destinadas a exposição na parte superior e arquivo na parte inferior (fig. 2)²⁰.

¹⁸ Tendo iniciado pesquisas arqueológicas em Portugal em 1949 a convite de Mendes Correia, Jean Roche dedicou grande atenção ao estudo das colecções de Muge depositadas no museu dos Serviços Geológicos, tendo promovido nesse local, algumas campanhas de escavações com Veiga Ferreira, cujos resultados vieram alargar o acervo reunido por Carlos Ribeiro no século XIX.

¹⁹ Estes tópicos têm vindo a ser objecto de trabalho de investigação em curso sobre a museografia da Sala de Arqueologia Pré-histórica no âmbito da preparação da dissertação de mestrado de Nuno Filipe Pires em curso na FCSH – UNL (2009).

²⁰ Só a partir desta altura é que a colecção deixou de estar exposta na sua quase totalidade, o que deveria ter sido uma intenção desde a instalação da Sala de Antropologia” como também chegou a ser designada. Pelo contrário, dados os modo de organização dos materiais e, em particular, a sua abundância, consequência das recolhas necessárias às determinações geognósticas do país grande parte das colecções geológicas estavam depositadas em dependências separadas das salas de exposição do museu, equivalentes aquilo que designamos por reservas técnicas. Apenas uma pequena parcela das colecções estratigráfica, paleontológica e mineralógicas fora colocada em armários envidraçados, que cedo se revelaram, também, insuficientes.

Este número, e a disposição em duas filas paralelas, mantiveram-se até a actualidade²¹.



Fig. 2. Detalhe dos expositores ambivalentes equipados com gavetas normalizadas, intermutáveis.

F. do autor, 2002.

O acervo, essencialmente constituído por materiais líticos, peças utilitárias, ornamentos, mobiliário fúnebre e restos de alimentação, reúne mais de 100 000 peças provenientes de cerca de 1 200 arqueossítios, com larga representação da Estremadura, bacias do Tejo e Sado, monumentos megalíticos do Alentejo e praias do distrito de Viana do Castelo e do litoral alentejano²². Acresce ainda uma pequena, mas significativa, colecção de peças ligadas à mineração romana, de que se destaca, em particular a tábula de bronze VIPASCA I, descoberta em 1876, entre outras peças também provenientes do território mineiro de Aljustrel e de outros lugares em que houve mineração romana do ouro²³.

Lado a lado com as peças arqueológicas conta-se ainda, a colecção de Antropologia pré-histórica que reúne materiais osteológicos de cerca de quatro dezenas de arqueossítios²⁴, na sua quase totalidade em reserva, e a colecção de Paleontologia do Quaternário, que contém, entre outros animais, restos de uma fauna de grandes herbívoros extintos, nomeadamente elefante (*Elephas antiquus*), hipopótamo (*Hyppopotamus amphibius major*), rinoceronte, cavalo e cervídeos, e de alguns importantes carnívoros como a hiena (*Hyæna spelaea* e *Hyæna striata*) e o urso das cavernas (*Ursus arctos*)²⁵.

Grande parte das peças que integram estas colecções foi publicada ao longo do tempo pelas Comissões e pelos Serviços Geológicos, à medida que se concluía

²¹ *Id.* n.º 17.

²² V. *Sítios arqueológicos...* J.M. Brandão (coord.). Lisboa 1998.

²³ As peças arqueológicas relacionadas com a indústria mineira pré-histórica e romana constam de um pequeno catálogo que congrega idênticos materiais depositados no Museu de Jazigos Minerais, também tutelado pelo actual LNEG. V. Brandão e Silva, 2006.

²⁴ V. lista de sítios em Brandão e Anacleto, 2004.

²⁵ Dados os contextos em que grande parte das peças foi recolhida e a sua posição estratigráfica em íntima ligação com o aparecimento do homem, esta colecção esteve, desde sempre, subordinada às de arqueologia.

o seu estudo. Alguns desses escritos correspondem a números da série “*Memórias*”, inicialmente editadas com o suporte efectivo da Academia das Ciências; outros correspondem a artigos inseridos nas “*Comunicações*”, o periódico dos Serviços, cuja publicação se iniciou em 1883. Ao todo foram publicados nestas revistas, pelo pessoal e colaboradores do serviços, mais de uma centena de trabalhos, a maior parte dos quais depois de 1945²⁶.

Em 1932, E. Fleury e J. Fontes elaboraram o primeiro guia da exposição, com uma desenvolvida caracterização do conteúdo dos armários²⁷. Não sendo conhecidos outros elementos, esta obra é, actualmente, uma peça essencial tanto para o conhecimento dos contornos da colecção, uma vez que não se dispõe de inventários da época, como para a compreensão das opções expositivas entretanto tomadas. Só muitos anos depois (1977) voltou a ser produzido um novo roteiro da exposição, da autoria de V. Ferreira, o qual se mantém ainda parcialmente actualizado.

Exposição *versus* comunicação

Sendo estas colecções fundamentalmente destinadas à investigação, a sua organização deveria ser, à semelhança de outros museus oitocentistas, de molde a proporcionar e facilitar a sua observação aos especialistas, por isso a maioria da colecção foi inicialmente disposta em armários envidraçados.

Embora não tenhamos outros documentos que o permitam demonstrar, o espírito que presidiu à sua organização não devia diferir substancialmente do que, mais tarde, J. Leite de Vasconcellos adoptou para a organização do Museu Etnográfico instalado nas salas da Comissão: “*Com quanto se procure dar aos objectos certa disposição artistica e baja de attender a diferentes condições de installação, o que pois principalmente se deve buscar no Museu é o methodo scientifico da classificação e do arrumo, de modo que os objectos fallem, por assim dizer, mais à intelligencia do visitante do que aos olhos(...)*”²⁸. Porém, tal padrão de organização condicionou, necessariamente, outros tipos de utilização pública do acervo e o resultado foi a produção de uma exposição exaustiva, marcada por uma grande densidade de objectos e um baixo grau de comunicação²⁹ (fig. 3).

Na ausência de outras componentes essenciais da actividade museológica, a Sala de Arqueologia Pré-Histórica evoluiu no sentido daquilo que na actual moldura legal se designa por “colecção visitável”³⁰.

²⁶ Inf. pessoal de Nuno F. Pires, 2009. Dados bibliométricos do estudo em curso.

²⁷ É legítimo presumir que, não havendo quem nos serviços se ocupasse destas colecções, fosse também de sua lavra a reorganização dos materiais.

²⁸ Cf. Vasconcellos, 1915 p. 91.

²⁹ Esta opinião não era, obviamente, partilhada pelos especialistas habituados a lidar com os padrões museográficos tradicionais. Recorde-se por exemplo J. Fontes, colaborador benévolo dos Serviços Geológicos desde as primeiras décadas do século XX, quando afirmava claramente, perante os participantes das Jornadas Arqueológicas de Sintra (1957) que “as magníficas colecções, metodicamente expostas, tinham valor didáctico indiscutível. Muito aprendia quem visitasse o Museu dos Serviços Geológicos” (Fontes, 1958 p.7).

³⁰ V. Art.º 4º da Lei n.º 27/2004 de 19 de Agosto. Acrescente-se que este carácter foi também, condicionado pela inexistência de uma reserva separada, por razões de espaço e de modelos conceptuais.



Fig. 3. Detalhe das vitrinas do Paleolítico antes da intervenção de 2002. F. do autor;



Fig. 4. Etiqueta manuscrita. Anos setenta, aquando da renovação da exposição por G. Zbyszewski e Veiga Ferreira. F. Nuno Pires, 2006.

As peças eram apresentadas “*despidas de qualquer discurso ou contexto*”³¹ e a informação disponível resumia-se, quase sempre, à sua proveniência e presumível cronologia, não se proporcionando aos utilizadores qualquer explicação da sua utilização, modo de fabrico ou materiais de suporte (fig. 4). Tal situação não é, porém, compatível com as mudanças que se têm vindo a verificar nos museus nas últimas décadas, por força do seu ajustamento à função de parceiros educativos e culturais. Aquelas, traduzem-se sobretudo na substituição das centralidades, do objecto para o produtor e para as respectivas ambiências, e na melhoria dos níveis de acessibilidade à informação proporcionada pelas colecções.

Nesta mudança de paradigmas, assume-se o reconhecimento de que os museus não são apenas lugares de conservação e documentação de peças retiradas dos seus contextos originais mas, acima de tudo, lugares de comunicação, de que as exposições, entre outras actividades educativas, ancoradas nos respectivos acervos, são a via mais eficaz.

O leque de utilizadores deste museu, tendencialmente crescente, não é diferente do de outros museus monográficos. Contempla, por ordem decrescente de importância, grupos escolares do ensino básico e secundário, público heterogéneo constituído por amadores de arqueologia (nacionais e estrangeiros), que encontra na exposição os motivos que mantêm acesos os seus interesses por esta área disciplinar, e estudantes universitários das áreas afins, com interesses e motivações diversificadas.

O museu não conduz, desde os idos anos setenta (séc. XX), quaisquer programas de investigação no domínio da arqueologia, a não ser no sentido da documentação das

³¹ Cf. Andrade, 1994 p. 2.

peças, enquanto objectos museológicos³². O acervo também não tem registado entradas significativas de novos materiais, situação que o actual quadro legal, aliás, praticamente exclui³³. Assim é do pequeno grupo de investigadores que, ano após ano solicita a consulta de peças ou colecções, no âmbito de trabalhos científicos, quase sempre de natureza académica, que resulta a produção de conhecimento que o acervo continua a permitir gerar³⁴.

A requalificação das colecções e, em particular, da própria exposição foi-se tornando, por todas estas razões, um imperativo. Assim, tendo em consideração o potencial cultural das colecções, a constituição do actual público e a missão do museu (re)definida aquando da adesão à Rede Portuguesa de Museus³⁵, delineou-se uma estratégia de intervenção em dois patamares distintos e indissociáveis: a instalação da reserva em melhores condições de segurança, ambiente e acessibilidade, e a renovação gradual da exposição³⁶.

A nova apresentação: conceptualização e condicionamentos

Independentemente da profundidade de qualquer intervenção passível para estas colecções históricas, é necessário ter em conta alguns aspectos essenciais, que decorrem, não apenas do seu percurso, como também de esta Sala continuar a ser uma das últimas grandes exposições monográficas organizadas à luz dos padrões da museologia científica novecentista e uma das únicas exposições gerais de pré-história portuguesa. Nesta perspectiva, os armários centenários solidários com as paredes, os expositores isolados, o espaço e a iluminação, assumem-se como elementos estruturantes, que tanto podem ser encarados como constrangimentos a uma intervenção profunda (no pressuposto de um orçamento confortável e uma acção de rotura), como sendo elementos que formam um conjunto coerente do ponto de vista arquitectónico e histórico, a valorizar, opção que pessoalmente defendemos.

Neste cenário, tentou-se aprimorar um percurso e um discurso com uma clara intencionalidade didáctica, onde os objectos pudessem cumprir, como sugeria L. Raposo (1993 p. 204) noutro contexto, “*a função de nos ajudar a chegar a quem os produziu ou utilizou*”, priorizando três objectivos principais: facilitar a interpretação das peças seleccionadas mediante a diminuição do seu número e a renovação dos

³² Sublinhe-se que o actual quadro de organização do LNEG, definido pela Portaria nº 1423/2007 de 31 de Outubro, no seu art.º 5º, não consigna na actividade do museu, a componente de investigação, pilar essencial da acção museológica.

³³ O actual enquadramento da actividade arqueológica, regulado pelo Dec-Lei nº 270/99, determina a criação de uma rede de depósitos para os materiais recolhidos, que não contemplou o Museu Geológico, pelo que este viu teoricamente, reduzida a possibilidade de receber novos materiais, ainda que provenientes dos arqueossítios representados no acervo.

³⁴ Não deixa de ser um elemento interessante e, simultaneamente, uma justificação da pertinência das intervenções neste acervo, o facto de as colecções arqueológicas serem as mais solicitadas de entre as depositadas no Museu Geológico. Aliás, já P. Choffat, em 1917, apontava cenário idêntico ao referir que “*a colecção de Arqueologia prehistórica foi a mais frequentada*”, enumerando seguidamente nomes como Leite de Vasconcelos, Barros e Cunha, Mendes Corrêa, Alves Pereira, Joaquim Fontes e Vergílio Corrêa (Choffat, 1918 p. XXXII), a que acrescentaríamos, por exemplo Barbosa do Sueiro, mais recentemente.

³⁵ Cf. “*Adesão à Rede Portuguesa de Museus- Dossier de candidatura*”. MIGM. Lisboa 2002. J. Brandão (coord). Instituto Geológico e Mineiro. Policopiado. Lisboa.

³⁶ Cf. Brandão, 1999 p. 120-121.

suportes; permitir o estabelecimento de pontes para os respectivos horizontes culturais mediante a introdução de elementos de contextualização; e reflectir o contributo das Comissões e dos Serviços Geológicos para o desenvolvimento da Arqueologia em Portugal, apresentando uma selecção dos seus mais relevantes trabalhos³⁷.

Quanto ao mobiliário, na impossibilidade prática de o substituir ou de adquirir outro tipo elementos, optou-se pelo seu restauro, trabalho que decorreu em paralelo com a preparação da nova apresentação, no âmbito da parceria estabelecida com uma entidade de formação profissional³⁸.



Fig. 5. Contraste de elementos entre os elementos museográficos oitocentistas e a intervenção havida. Foto P. de Sousa, 2003.

A selecção final de peças e arqueossítios, apresentada desde Junho de 2002 nas vitrinas centrais, as únicas em que foi possível intervir, é parcialmente coincidente com a orientação dada por Veiga Ferreira na intervenção realizada no final dos anos setenta, explicada no seu *“Guia da Sala de Arqueologia Pré-histórica”*. Corresponde, na sua essência, à definição de blocos de arqueossítios dos mesmos horizontes culturais, dispostos em vitrinas contíguas, que se sucedem de forma cronológica. Nos casos em que as escolhas convergiram com a selecção anterior, procurou-se renovar as peças expostas, disponibilizando apenas as mais significativas do ponto de vista científico e, simultaneamente, mais apelativas tendo em conta as características dos públicos que se pretende atingir.

O projecto gráfico, financiado pelo Instituto Português de Museus (actual IMC), pugnou pela discrição, adoptando para cada expositor um fundo de linhas simples, geométricas, inspirado na arquitectura da sala, sobre os quais se decalcaram elementos de contexto duodimensionais: elementos sinaléticos (textuais e gráficos) para as peças individuais e, para os arqueossítios, textos curtos sublinhando detalhes cronológicos, geográficos, ou estabelecendo relações funcionais. Procurou manter-se suficiente flexibilidade nos conjuntos para que, em qualquer momento, se pudessem modificar os elementos plásticos ou substituir-se peças, de forma a poder garantir-se, ao longo do

³⁷ Cf. Brandão, 2006 p. X.4.

³⁸ V. Costa, 2002.

tempo e com o mínimo de custos, uma desejável rotação com os materiais em reserva (fig. 6).

A montante da selecção apresentada esteve a realização, nos anos anteriores, de um trabalho sistemático de inventário e documentação, ainda longe de concluído, e de intervenção curativa e/ou restauro, nas peças que inspiravam maior preocupação ou que se tinha em vista para eventual utilização na exposição³⁹. A revisão científica do programa de intervenção foi coordenada pelo Prof. Doutor J. L. Cardoso, colaborador habitual dos Serviços e estudioso destas colecções.



Fig. 6. Detalhe da nova apresentação. F. Nuno Pires, 2009.

Para que o projecto de requalificação da exposição se complete, assumindo os armários de parede como reserva técnica, outras etapas há ainda a cumprir na medida dos recursos disponíveis. Refiram-se, a título de exemplo, a remoção das peças geológicas estranhas à exposição de arqueologia que têm funcionado como distractores, a introdução de novos elementos de contextualização espaço-temporal, a criação de um espaço com elementos dedicados à história da investigação arqueológica pelo pessoal dos serviços, e a edição de um catálogo, com ênfase particular nas peças de referência.

Nota final

Iniciada com os trabalhos pioneiros de Carlos Ribeiro, Nery Delgado e Pereira da Costa, a investigação em Arqueologia e Antropologia pré-históricas foi, durante muitos anos, uma actividade de relevo entre as desenvolvidas pelos elementos dos serviços de Geologia do Estado, possibilitando a recolha de um elevado número de peças, depositadas, numa sala dedicada no museu instalado pela Comissão Geológica criada em 1857. O facto de estas actividades terem, há muito, deixado de ser áreas nucleares nas competências dos serviços geológicos do Estado, em paralelo com o

³⁹ Por limitações de recursos, os trabalhos de restauro, têm vindo a ser conduzidos por executantes exteriores ao museu, no âmbito de protocolos estabelecidos entre o MIGM e a Escola Superior de Conservação e Restauro (recentemente integrada na UNL), a Universidade Autónoma de Lisboa e uma empresa privada.

desenvolvimento de outros pólos de culto e investigação daquelas ciências, limitou as possibilidades de crescimento do acervo, tornando estas colecções fechadas e estáticas. Refira-se, porém, que tal não obsta a que continuem a manter um elevado potencial científico e cultural, que lhes garante o carácter de colecções de referência.

Trata-se, portanto, de preservar e intervir num património inalienável da instituição de tutela, que forma, com o local onde se encontra, uma simbiose nos planos científico e estético. Avulta por isso a pertinência de um (novo) olhar atento sobre o seu futuro, identificando e alocando os recursos que permitam implementar estratégias de valorização do seu potencial científico e cultural.

Bibliografia

ALMEIDA, F.M. e CARVALHOSA, A.B. (1974) - Breve história dos Serviços Geológicos em Portugal. *Com. Serv. Geol. Port.*, 58, p. 239-265. Lisboa

ANDRADE, C. (1994) - *O Museu do Instituto Geológico e Mineiro. Uma análise museológica*. Texto não public. Universidade Lusófona, Lisboa. 12 p. + anexos.

BRANDÃO, J.M. (2006) - Requalificação das colecções de arqueologia pré-histórica do Museu Geológico (INETI). *Al-madan*, ad. electrónica, IIª série (14), p. X.1-X.5. Almada.

BRANDÃO, J.M. (2003) - Colecções arqueológicas do MIGM: formação e crescimento. *Bol. Informativo do MIGM*, 5, p. 2-4. Lisboa.

BRANDÃO, J.M. (2002) - Conclusão do projecto de requalificação dos expositores centrais da sala de arqueologia pré-histórica. *Bol. Informativo do MIGM*, 2, p. 4-5. Lisboa.

BRANDÃO, J.M. (1999) - As colecções arqueológicas do Instituto Geológico e Mineiro. *O Arq. Português*, s. 4 (17), p. 111-122.

BRANDÃO, J.M. (1998) - *Sítios arqueológicos representados nas colecções do Museu do Instituto Geológico e Mineiro*. Publicação especial no âmbito das comemorações dos 150 anos de criação da 1ª Comissão Geológica. Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa. Policopiado, 30 p.

BRANDÃO, J.M. e ANACLETO, J.A. (2004) - Colecção de Antropologia Pré-histórica. Reinstalação e caracterização sumária. *Bol. Inf. do MIGM*, 8, p. 5-6. Lisboa.

BRANDÃO, J.M. e SILVA, P.B. (2006) - Contribuição para a elaboração de um catálogo geral dos artefactos arqueológicos ligados à mineração e metalurgia antigas nas colecções dos museus geomineiros do INETI. *3º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas do Sudoeste Europeu. Actas*, p. 555-569. Porto.

CARDOSO, J.L. (2000) - As investigações de Carlos Ribeiro e Nery Delgado sobre o Homem Terciário: resultados e consequências na época e para além dela. *Est. Arqueol. de Oeiras*, 8, p. 33-54.

CHOFFAT, P. (1918) - O Serviço Geológico de Portugal de 1915 a 1917. *Com. Serv. Geol. Port.*, 12, p. VII-XXXIII. Lisboa.

COSTA, A.P. (2002) - Conservação e restauro do mobiliário histórico do museu. *Bol. Informativo do MIGM*, 2, p. 7-8.

DELGADO, J.F.N. (1909) – Relatórios sobre a reorganização dos Serviços Geológicos apresentados ao Ministro das Obras Públicas em 1899. *Pub. Post. Com. Com. Serv. Geol.*, 7, p. 168-186. Lisboa.

DELGADO, J.F.N. (1901) – Les Services Géologiques du Portugal de 1857 à 1899. *Com. Dir. Trab. Geol.*, 4 (1), p. VII-XLVIII. Lisboa.

DELGADO, J.F.N. (1883-1887) – Considerações acerca dos estudos geológicos em Portugal. *Com. Com. Trab. Geol.*, 1, p.1-13. Lisboa.

FERREIRA, O.V. (1977) – *Guia descritivo da sala de Arqueologia pré-histórica*. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

FLEURY, E. e FONTES, J. (1932) – *Collections de pré-histoire du Service Géologique de Portugal*. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

FONTES, J. (1958) – Discurso inaugural das Jornadas Arqueológicas de Sintra. *Com. Serv. Geol.*, 39, p. 7-9. Lisboa.

RAPOSO, L. (1993) – Museus de Arqueologia. In: *Iniciação à Museologia*. Colectânea de textos. Univ. Aberta, p. 203-219. Lisboa.

SUEIRO, M.B. (1957) – A Comissão Geológica de Portugal e o “IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Prehistoricas”. *Com. Serv. Geol.*, 38, p. 253-259. Lisboa.

TORRENS, H. (1998) – Geology and the Natural Sciences: some contributions to Archaeology in Britain 1780-1850. in: *The Study of Past in the Victorian Age*. Edt. V. Brand. The British Archaeological Association and The Royal Archaeological Institute. Oxford.

VASCONCELLOS, J.L. (1915) – *Historia do Museu Ethnologico Português, 1893-1914*. Imp. Nacional. Lisboa.